

**Parecer nº 70/97**

Data: 1997.07.24

Processo nº 240

**Reclamante:** AP - Marketing e Promoção, Limitada

**Entidade reclamada:** Ministro das Finanças

**I - Os Factos:**

1. A empresa AP - Marketing e Promoção, Lda, requereu ao Gabinete do Ministro das Finanças, através de telecópia, com data de 13.3.97 (repetindo pedidos anteriores), fotocópias do despacho de nomeação (com a respectiva fundamentação) do Presidente do Conselho de Auditoria/SCML e outro documento do processo de onde conste o cargo profissional ocupado à data ou, sendo funcionário público, o órgão onde o referido nomeado prestava serviço.
2. Este pedido foi indeferido pelo gabinete ministerial, notificado por ofício de 1.7.97, por não observar:
  - a) Os números 1 e 2 do artigo 7º, o nº 3 do artigo 8º e a al. c) do nº 1 do artigo 20º da Lei 65/93, de 26 de Agosto - LADA (quanto ao despacho);
  - b) E os documentos conterem informações pessoais (quanto ao cargo profissional).
3. Por carta de 10.7.97, entrada na CADA a 14.7.97, a empresa em causa pede à CADA que se pronuncie.

## **II - O Direito**

1. A norma aplicável é o nº 1 do artigo 7 da LADA e não o seu nº 2, porquanto, nos termos da al. c) do nº1 do artigo 4º da mesma Lei, os dados a cuja informação se pretende ter acesso não são enquadráveis no conceito de dados pessoais, tais como estes são especificamente definidos na alínea c) do nº1 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26.8, sendo certo que a situação em apreço é uma das muitas que mais justificadamente levaram à criação desta legislação propiciadora da transparência administrativa, nos vários países do mundo ocidental.
2. É, assim, inaplicável o disposto na LADA sobre a exigência prévia de parecer favorável da CADA (que aliás não deixaria de ter o conteúdo ora explicitado).

### **Parecer:**

A CADA é de parecer que a empresa requerente tem direito às fotocópias dos documentos referidos, a serem-lhe entregues gratuitamente (dada a inexistência, ainda, de norma jurídica legalizando a cobrança de montante correspondente aos encargos financeiros, a fixar pelo Ministro das Finanças, nos estritos termos do nº2 do artigo 12º da Lei em apreço).

Lisboa, 24 de Julho de 1997

*Fernando Condesso (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Hélio Corvelo de Freitas – José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – João Labescat – Armindo José Girão Cardoso (Presidente)*